



SIMULADO ESPECIAL

POLÍCIA PENAL MA

Inspetor de Polícia Penal
Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **Polícia Penal MA**, cargo de **Inspetor de Polícia Penal**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/VW3XAQN7ih5urBrR6>

01 - (A B C D E)	17 - (A B C D E)	33 - (A B C D E)	49 - (A B C D E)	65 - (A B C D E)
02 - (A B C D E)	18 - (A B C D E)	34 - (A B C D E)	50 - (A B C D E)	66 - (A B C D E)
03 - (A B C D E)	19 - (A B C D E)	35 - (A B C D E)	51 - (A B C D E)	67 - (A B C D E)
04 - (A B C D E)	20 - (A B C D E)	36 - (A B C D E)	52 - (A B C D E)	68 - (A B C D E)
05 - (A B C D E)	21 - (A B C D E)	37 - (A B C D E)	53 - (A B C D E)	69 - (A B C D E)
06 - (A B C D E)	22 - (A B C D E)	38 - (A B C D E)	54 - (A B C D E)	70 - (A B C D E)
07 - (A B C D E)	23 - (A B C D E)	39 - (A B C D E)	55 - (A B C D E)	71 - (A B C D E)
08 - (A B C D E)	24 - (A B C D E)	40 - (A B C D E)	56 - (A B C D E)	72 - (A B C D E)
09 - (A B C D E)	25 - (A B C D E)	41 - (A B C D E)	57 - (A B C D E)	73 - (A B C D E)
10 - (A B C D E)	26 - (A B C D E)	42 - (A B C D E)	58 - (A B C D E)	74 - (A B C D E)
11 - (A B C D E)	27 - (A B C D E)	43 - (A B C D E)	59 - (A B C D E)	75 - (A B C D E)
12 - (A B C D E)	28 - (A B C D E)	44 - (A B C D E)	60 - (A B C D E)	76 - (A B C D E)
13 - (A B C D E)	29 - (A B C D E)	45 - (A B C D E)	61 - (A B C D E)	77 - (A B C D E)
14 - (A B C D E)	30 - (A B C D E)	46 - (A B C D E)	62 - (A B C D E)	78 - (A B C D E)
15 - (A B C D E)	31 - (A B C D E)	47 - (A B C D E)	63 - (A B C D E)	79 - (A B C D E)
16 - (A B C D E)	32 - (A B C D E)	48 - (A B C D E)	64 - (A B C D E)	80 - (A B C D E)

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/4qBxSUL>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabício Dutra*

Nem todo mundo que chega ferido à linha de montagem do hospital da PM sai para receber honrarias fúnebres. Alguns se salvam. Às vezes, salva-se até mesmo quem se acha muito vivo. Ainda que a esperteza lhe custe caro. Foi o que aconteceu com o tenente Ricardo, um rapaz que gostava de valorizar o próprio passe. Antes do relato, algumas notas técnicas. Elas teriam sido muito úteis ao tenente.

Os médicos que se especializaram no atendimento às vítimas de armas de fogo, no Rio de Janeiro, tornaram-se referências internacionais - como aconteceu com o Bope, modéstia à parte. Eles têm contado com a colaboração da polícia e dos bandidos, cuja produtividade mórbida tem-se aperfeiçoado ao longo dos anos. Não tem faltado osso estilhaçado, músculo destroçado, órgão rompido, membro mutilado em escala industrial. Da plástica à ortopedia, os médicos brasileiros estão entre os melhores do mundo. Quando se trata de emergência de guerra, especializada em lesões por arma de fogo, como já disse, não tem pra ninguém. No início, nossos especialistas visitavam cirurgiões americanos que atuaram no Vietnã. Agora, são os gringos que nos procuram.

Uma lição que aprendemos com eles salvou várias vidas: quando o projétil é de grosso calibre, melhor sacrificar tecidos e órgãos, até o limite do possível, do que tentar preservá-los. A experiência demonstrou que a preservação acaba sendo contraproducente. Em resumo: se o tiro é de fuzil, abre-se a vítima de cima a baixo e só não se remove o que for vital. Por isso, abriram o sargento Romero de alto a baixo, quando levou um tiro de fuzil lateral na bunda, que entrou numa nádega e saiu pela outra. Aparentemente, eram só dois furos, um de entrada, outro de saída, com uma trajetória reta intramuscular. Nada que o tempo não cicatrizasse. Tanto que o primeiro atendimento, aos cuidados de um profissional não especializado, não envolveu nenhuma sutura. Só dois curativos e um antiinflamatório. Mal sentou na viatura que o levaria para casa, Romero esvaiu-se em sangue. A hemorragia era drenada pelo ânus. Entrou em choque e quase morreu. Foi reconduzido às pressas à sala de emergência. Sofreu, enfim, a cirurgia que lhe extraiu não sei quantos metros de intestino e lhe salvou a vida.

Pena que o tenente Ricardo não soubesse disso quando chegou à sala de emergência, posando de durão. Ele levava um tiro amigo de uma pistola, na viatura. Não foi o único, alias. Muita gente teve a mesma sorte - ou melhor, o mesmo azar. Alguns não sobreviveram. Ricardo vinha sentado na frente, e o colega, desatento, sentado no banco de trás, não tomou as medidas de segurança necessárias. A arma sem protetor, inadvertidamente, disparou, atingindo o ombro do tenente, por trás. Para driblar a corregedoria e impressionar as enfermeiras, Ricardo entrou avisando: "Não foi nada. Uma bobagem. Um bando de traficantes me armou uma cilada, mas dei um jeito neles. Foi só um tiro de fuzil no ombro." Antes que contasse a própria vantagem, deram-lhe um sossega-leão na veia, entubaram-no e chamaram os cirurgiões especialistas, que o abriram do umbigo ao pescoço, adotando o procedimento padrão. O tenente sobreviveu, mas aprendeu que nem sempre vale a pena bancar o machão, exagerando o calibre do heroísmo.

(Trecho de Elite da Tropa - André Batista, Luiz Eduardo Soares e Rodrigo Pimentel)

1. Acerca dos elementos linguísticos presentes no texto, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta.
 - I. No segundo parágrafo, no trecho “tem-se aperfeiçoado”, o deslocamento da partícula “se” para depois da forma verbal “aperfeiçoado” prejudicaria a correção gramatical.
 - II. No primeiro parágrafo, o acento grave em “Às vezes” é facultativo, por se tratar de uma locução feminina adverbial.
 - III. O acento grave em “à linha”, no primeiro período, ocorre devido à regência do verbo “chegar” e à presença de substantivo feminino.

Está(ã) correta(s):

- a) Somente I
- b) Somente II
- c) I e III
- d) II e III
- e) I e II

2. Acerca dos elementos linguísticos presentes no texto, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

- I. No segundo parágrafo, seria correto deslocar a partícula “se” em “tornaram-se” para antes do verbo.
- II. No segundo período do segundo parágrafo, a substituição de “têm contado” por “vêm contando” prejudicaria a coerência do texto.
- III. No segundo parágrafo, em “nos procuram”, o deslocamento do pronome “nos” para depois do verbo manteria a correção gramatical no trecho.

Está(ã) correta(s):

- a) Somente I
- b) Somente II
- c) I e III
- d) II e III
- e) I e II

3. Acerca da pontuação empregada no texto, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

- I. No trecho “Em resumo: se o tiro é de fuzil”, os dois pontos introduzem uma síntese explicativa das informações apresentadas anteriormente.
- II. No período “O tenente sobreviveu, mas aprendeu que nem sempre vale a pena bancar o machão”, a vírgula foi corretamente empregada antes da conjunção coordenativa adversativa “mas”.
- III. No trecho “No início, nossos especialistas visitavam cirurgias americanos”, a retirada da vírgula depois de “No início” prejudicaria a correção gramatical do período.

Está(ão) correta(s):

- a) Somente I
- b) Somente II
- c) I e III
- d) II e III
- e) I e II

4. No trecho “Ainda que a esperteza lhe custe caro”, o conectivo destacado poderia ser substituído, sem prejuízo do sentido e da correção gramatical, por:

- a) desde que.
- b) porque.
- c) embora.
- d) à medida que.
- e) portanto.

5. No trecho “Eles têm contado com a colaboração da polícia e dos bandidos”, a expressão destacada exerce a função sintática de:

- a) objeto direto.
- b) objeto indireto.
- c) complemento nominal.
- d) adjunto adverbial de companhia.
- e) agente da passiva.

6. A principal crítica construída por meio do episódio envolvendo o tenente Ricardo dirige-se:

- a) à falta de experiência dos médicos responsáveis por atendimentos de emergência.
- b) ao excesso de rigor dos procedimentos adotados nos hospitais militares.
- c) à imprudência dos policiais que utilizam armas de grosso calibre em viaturas.
- d) à tentativa de demonstrar coragem por meio de uma mentira que produz consequências graves.
- e) à recusa do tenente em receber atendimento médico depois de ser atingido.

7. No trecho “Pena que o tenente Ricardo não soubesse disso quando chegou à sala de emergência”, o pronome demonstrativo destacado retoma:

- a) o fato de os médicos brasileiros terem visitado cirurgiões americanos.
- b) o conhecimento de que ferimentos provocados por projéteis de grosso calibre exigem procedimentos cirúrgicos invasivos.
- c) a informação de que o sargento Romero havia sido atingido acidentalmente por um colega.
- d) a necessidade de os policiais utilizarem protetores em suas armas.
- e) o costume de alguns pacientes tentarem impressionar as enfermeiras.

8. Quanto à tipologia textual predominante, o texto pode ser classificado como:

- a) injuntivo, pois apresenta orientações que devem ser obrigatoriamente seguidas pelos policiais.
- b) descritivo, pois se concentra na caracterização física dos policiais e dos médicos.
- c) narrativo, pois relata acontecimentos envolvendo personagens, ações e progressão temporal, embora apresente passagens expositivas.
- d) argumentativo, pois defende explicitamente uma tese sobre a formação dos médicos brasileiros.
- e) expositivo, pois se limita a apresentar informações técnicas sobre ferimentos provocados por armas de fogo.

9. No trecho “Para driblar a corregedoria e impressionar as enfermeiras”, a forma verbal destacada poderia ser substituída, sem alteração relevante do sentido, por:

- a) consultar.
- b) enfrentar.
- c) informar.
- d) burlar.
- e) obedecer.

10. Considere o trecho: “Um bando de traficantes me armou uma cilada.” A respeito dos aspectos morfológicos, sintáticos e semânticos do verbo, assinale a alternativa correta.

- a) A forma verbal “armou” poderia estar flexionada na terceira pessoa do singular, mantendo a correção gramatical.
- b) O verbo “armar” foi empregado como transitivo direto, tendo o pronome “me” como objeto direto.
- c) A forma “armou” está no pretérito imperfeito do indicativo e expressa uma ação habitual no passado.
- d) O verbo “armar” foi empregado como transitivo indireto e “uma cilada” é objeto indireto.
- e) O pronome “me” integra o verbo pronominal “armar-se” e exerce função reflexiva.

RACIOCÍNIO LÓGICO*Carlos Henrique*

11. Em determinada unidade prisional do Maranhão, todos os agentes penais pertencem a pelo menos um dos seguintes grupos:

- T: participaram do treinamento de evacuação dos presos em caso de catástrofe;
- D: participaram do treinamento de combate a rebeliões;
- S: participaram do treinamento de primeiros socorros.

Após levantamento, verificou-se que:

- 48 participaram de T;
- 42 participaram de D;
- 35 participaram de S;
- 18 participaram de T e D;
- 15 participaram de T e S;
- 12 participaram de D e S;
- 8 participaram dos três treinamentos.

O montante de agentes penais no citado presídio é 88 e todos os agentes devem participar de pelo menos um dos treinamentos. Qual é a quantidade de agentes que participaram somente do treinamento de primeiros socorros?

- a) 11
- b) 13
- c) 15
- d) 16
- e) 22

12. Durante uma operação integrada, o diretor do presídio afirmou:

"Se todas as equipes concluírem o treinamento de tiro, então algumas equipes participarão da simulação noturna."

Nessas condições, a negação lógica dessa proposição é:

- a) Todas as equipes concluíram o treinamento de tiro e nenhuma equipe participará da simulação noturna.
- b) Alguma equipe não concluiu o treinamento de tiro e nenhuma equipe participará da simulação noturna.
- c) Todas as equipes concluíram o treinamento de tiro e todas as equipes participarão da simulação noturna.
- d) Alguma equipe não concluiu o treinamento de tiro ou nenhuma equipe participará da simulação noturna.
- e) Se alguma equipe não concluir o treinamento de tiro, então nenhuma equipe participará da simulação noturna.

13. Cinco agentes — Ana, Bia, Carla, Denise e Eduarda— participaram de um treinamento. Sabe-se que:

- Ana terminou antes de Bia;
- Bia terminou depois de Denise;
- Eduarda terminou antes de Ana;
- Carla terminou depois de Bia.

É correto afirmar que

- a) Denise terminou antes de Eduarda.
- b) Carla terminou antes de Ana.
- c) Eduarda terminou antes de Bia.
- d) Bia terminou antes de Ana.
- e) Denise terminou depois de Carla.

P1: Se Carlos não é alegre, então Gabriel samba.

P2: Se Carlos é alegre, então Juvenal não é festeiro.

P3: Juvenal é festeiro.

Utilize o enunciado anterior para resolver as questões 14 e 15.

14. A conclusão do argumento acima é:

- a) Carlos é alegre e o Gabriel não samba
- b) Carlos não é alegre e Gabriel samba
- c) Carlos é alegre e Gabriel samba
- d) Carlos não é alegre e Gabriel não samba
- e) se Juvenal não é festeiro, então Gabriel não samba

15. A negação da proposição P1 é:

- a) Se Carlos não é alegre então Gabriel não samba
- b) Se Carlos não é alegre então Gabriel samba
- c) Carlos é alegre e Gabriel não samba
- d) Carlos não é alegre e Gabriel não samba
- e) Carlos é alegre e Gabriel samba

NOÇÕES DE HISTÓRIA DO MARANHÃO

Sérgio Henrique

- 16.** A colonização europeia do território do Maranhão no início do século XVII inscreve-se em um contexto de disputa entre potências coloniais pela América Portuguesa. Em 1612, uma expedição francesa comandada por Daniel de La Touche, o senhor de Lá Ravardière, se estabeleceu na ilha de Upaon-Açu e fundou o Fort Saint Louis, dando origem à chamada França Equinocial. Sobre o episódio é correto afirmar que:
- a) A França Equinocial consolidou-se como colônia francesa duradoura, mantendo o controle do litoral maranhense até o fim da União Ibérica, em 1640, quando os franceses negociaram a entrega pacífica do território a Portugal.
 - b) O projeto francês baseou-se exclusivamente em alianças militares com os indígenas tupiniquins, inimigos históricos dos tupinambás, o que garantiu aos franceses superioridade bélica e a permanência na região até meados do século XVIII.
 - c) A fundação de São Luís pelos franceses, em 8 de setembro de 1612, representou a única cidade brasileira de origem francesa, e o empreendimento foi desmantelado após a derrota na Batalha de Guaxenduba, e a expulsão definitiva dos franceses em 1615.
 - d) A ocupação francesa foi apoiada pela Coroa espanhola, que via no empreendimento uma forma de conter o avanço português na Amazônia, tendo os franceses permanecido como vassallos de Filipe III até a Restauração portuguesa.
 - e) A França Equinocial não chegou a estabelecer relações com as populações indígenas locais, o que explica a rápida derrota francesa diante da superioridade numérica dos aliados indígenas dos portugueses na Batalha de Guaxenduba.

17. A Revolta de Beckman (1684-1685) ocorreu em São Luís e é um dos movimentos nativistas mais estudados do Brasil colonial. Sua eclosão está diretamente relacionada ao funcionamento da Companhia de Comércio do Maranhão, criada pela Coroa portuguesa em 1682, e aos conflitos entre colonos e jesuítas. Sobre as causas, o desenvolvimento e o desfecho desse movimento, assinale a alternativa correta:

- a) A revolta foi motivada pela recusa dos jesuítas em aceitar a escravização de indígenas, o que levou os colonos a expulsarem os religiosos e a manterem o controle de São Luís por mais de um ano, até a repressão enviada por Portugal.
- b) O movimento teve como estopim a decisão da Coroa de abolir a escravidão indígena no Maranhão, medida que os colonos rejeitaram por considerá-la contrária aos interesses da lavoura de cana-de-açúcar da região.
- c) Os irmãos Beckman lideraram uma rebelião contra o monopólio comercial (estanco) da Companhia de Comércio do Maranhão, que não cumpriu a promessa de fornecer escravizados africanos nem de comprar a produção local, e, ao final, Manuel Beckman foi condenado à força e Tomás Beckman foi expulso.
- d) A Companhia de Comércio do Maranhão, criada em 1682, cumpriu integralmente suas obrigações, fornecendo os escravizados prometidos e comprando a produção local, de modo que a revolta decorreu exclusivamente de disputas religiosas entre católicos e protestantes.
- e) A revolta foi liderada exclusivamente por escravizados africanos e indígenas, que tomaram São Luís exigindo a abolição da escravidão, sem qualquer participação dos senhores de engenho e comerciantes locais.

18. A Balaiada (1838-1841) foi uma das revoltas do Período Regencial brasileiro, na província do Maranhão e com desdobramentos no Piauí. Diferentemente de outros movimentos do período, caracterizou-se pela ampla participação popular, envolvendo vaqueiros, artesãos, camponeses e pessoas escravizadas. Sobre a Balaiada, é correto afirmar que:

- a) Foi um movimento exclusivamente político, liderado pelas elites agrárias maranhenses, que disputavam o controle da província contra o governo regencial, sem participação de setores populares ou de pessoas escravizadas.
- b) Tratou-se de uma revolta popular que reuniu vaqueiros, artesãos, camponeses e pessoas escravizadas, liderada por figuras como Raimundo Gomes, Manuel Balaio e o negro Cosme, sendo reprimida por Luís Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias.
- c) A Balaiada teve início em 1838 como uma reação dos comerciantes de São Luís ao monopólio da Companhia de Comércio do Maranhão, sendo rapidamente contida pelas forças regenciais sem grandes confrontos no interior da província.
- d) O movimento foi uma revolta de caráter separatista, que buscava a independência do Maranhão em relação ao Império do Brasil, tendo sido derrotado na Batalha do Jenipapo, em 1823, antes mesmo de sua eclosão.
- e) A Balaiada foi uma revolta de escravizados que visava exclusivamente a abolição da escravidão no Maranhão, sem qualquer relação com as disputas políticas entre as facções locais conhecidas como Cabanos e Bem-te-vis.

19. A instauração da República no Brasil, em 15 de novembro de 1889, teve repercussões específicas no Maranhão, onde o movimento republicano foi historicamente descrito como inexpressivo. Após a proclamação, formou-se uma Junta Governativa e, em seguida, assumiu o governo Pedro Augusto Tavares Júnior. No século XX, a política maranhense foi marcada por oligarquias, entre elas o chamado Vitorianismo. É correto afirmar que:

- a) O republicanismo no Maranhão foi amplamente difundido e mobilizador desde o início do século XIX, tendo a província aderido à República antes mesmo do golpe de 15 de novembro de 1889, com forte apoio popular.
- b) Após a proclamação da República, o Maranhão foi governado por uma Junta Governativa entre 18 de novembro e 17 de dezembro de 1889, sendo Pedro Augusto Tavares Júnior nomeado o primeiro governador do estado sob o novo regime.
- c) O Vitorianismo, oligarquia liderada por Vitorino de Brito Freire, caracterizou-se pela defesa intransigente da democracia participativa e pela alternância regular de poder entre os partidos no Maranhão, sem práticas de clientelismo.
- d) A transição do Império para a República no Maranhão ocorreu de forma pacífica e consensual, com a manutenção das mesmas elites no poder e a rápida consolidação de instituições republicanas democráticas e representativas.
- e) O movimento republicano no Maranhão foi tão forte que a província proclamou sua própria república independente em 1889, mantendo-se separada do Brasil até a Constituição de 1891

20. A Revolução de 1930, que pôs fim à Primeira República, chegou ao Maranhão em meio a tensões entre as oligarquias locais e as forças alinhadas ao movimento liderado por Getúlio Vargas. A adesão do estado ao novo regime e as medidas adotadas nos anos seguintes até o Estado Novo (1937-1945), alteraram a organização político-administrativa maranhense.

Considerando esse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) A adesão do Maranhão à Revolução de 1930 foi imediata e consensual, tendo o governador eleito José Pires Sexto permanecido no cargo após comprometer-se com a Aliança Liberal, o que evitou a nomeação de interventores federais no estado.
- b) O Maranhão aderiu tardiamente ao movimento, e a deposição do governador José Pires Sexto, em 8 de outubro de 1930, deu lugar a uma junta governativa provisória e, em seguida, a uma sequência de interventores federais, entre eles José Maria Perdigão e, já no Estado Novo, Paulo Martins de Sousa Ramos, num processo de reordenamento do poder estadual sob controle do governo federal.
- c) A Era Vargas promoveu no Maranhão uma rápida industrialização, com a instalação, ainda na década de 1930, de parques têxteis e siderúrgicos em São Luís financiados pelo Banco do Brasil, o que tornou o estado um polo manufatureiro do Nordeste.
- d) O Estado Novo (1937-1945) restaurou no Maranhão o processo de eleição direta para o governo estadual, suprimido desde 1930, permitindo que as oligarquias da Aliança Liberal voltassem a disputar o cargo pelo voto popular.
- e) A Revolução de 1930 não produziu qualquer ruptura no Maranhão, tendo as oligarquias remanescentes da Primeira República conservado integralmente o controle político-administrativo do estado até a redemocratização de 1945.

NOÇÕES DE GEOGRAFIA DO MARANHÃO*Sérgio Henrique***21. Texto do enunciado da questão**

Além da baixa densidade demográfica, há intensa perda de população. Considerando os indicadores de população absoluta, densidade e movimentos populacionais, assinale a alternativa correta:

- a) A população maranhense possui mais de seis milhões de habitantes, o que confere ao estado a maior densidade demográfica do Nordeste, em razão da forte concentração no litoral.
- b) O Maranhão possui alta densidade demográfica, apresentou saldo migratório positivo no período entre 2017 e 2022, atraindo população de estados vizinhos como Piauí e Tocantins, o que reforça seu papel de polo de atração regional.
- c) O Maranhão registrou a quarta maior população do Nordeste e a décima segunda do Brasil, possui baixa densidade demográfica, e apresentou o segundo maior saldo migratório negativo do entre 2017 e 2022.
- d) A população rural maranhense superava 70% do total em 1970, passou para menos de 30% em 2022, o que indica que a taxa de urbanização do estado se tornou superior à média nacional.
- e) O elevado crescimento vegetativo maranhense, combinado à redução do êxodo rural a partir dos anos 1970, fez com que o estado deixasse de ser expulsor de população, registrando saldo migratório positivo pela primeira vez desde 1991.

22. A economia maranhense viveu um momento de destaque recente, com o estado crescendo acima da média nacional e o mercado de trabalho mostrando sinais claros de aquecimento. Sobre esse desempenho econômico, assinale a alternativa correta:

- a) O crescimento do Maranhão em 2024 foi puxado quase que exclusivamente pelo setor primário, que avançou de forma expressiva, enquanto a indústria registrou perdas, refletindo a retração das exportações de minério.
- b) O estado cresceu de forma robusta em 2024, com a indústria liderando a expansão entre os grandes setores da economia, e seguiu em trajetória positiva no início de 2025, com a taxa de desocupação caindo ao menor patamar já registrado na série histórica.
- c) O crescimento maranhense em 2024 foi tímido e concentrado no setor de serviços, enquanto a taxa de desocupação permaneceu elevada ao longo de todo o ano seguinte, sinalizando estagnação.
- d) O PIB do Maranhão cresceu bem em 2024, mas o setor terciário encolheu no período, reduzindo o peso do comércio e dos serviços na composição da economia estadual.
- e) O estado iniciou 2025 com desempenho negativo, com o PIB recuando no primeiro trimestre e a desocupação subindo, num quadro de desempenho inferior à média do Nordeste.

23. O agronegócio é um dos pilares da economia maranhense, sobretudo na porção sul do estado, integrada a uma das mais dinâmicas fronteiras agrícolas do país. Sobre a caracterização dessa agricultura e da região em que se insere, assinale a alternativa correta:

- a) A região agrícola que envolve o Maranhão é formada integralmente por quatro estados, e sua expansão começou em meados do século XX, com predomínio de culturas tradicionais como cana-de-açúcar e cacau voltadas ao mercado externo.
- b) A agricultura maranhense é marcada pela predominância da agricultura familiar de subsistência em todo o território, sendo o principal polo produtor do estado um grande centro de arroz e mandioca, culturas típicas das áreas de várzea.
- c) A porção sul do Maranhão integra uma fronteira agrícola formada pelo Tocantins e por partes de outros três estados, cuja expansão de grãos se intensificou a partir dos anos 1980, tendo a soja como principal cultura e o sul do estado como grande polo produtor.
- d) A região agrícola abrange os quatro estados em sua totalidade, e a expansão da soja maranhense ocorreu sobretudo nas áreas de alta pluviosidade da Baixada Maranhense.
- e) A produção agrícola maranhense é liderada pelo algodão no norte do estado, enquanto a soja se restringe ao entorno da capital, de onde é escoada por rodovia até o principal porto estadual.

24. O clima do Maranhão é influenciado por um conjunto de fatores estáticos e dinâmicos que produzem variações entre o litoral, a porção central e o extremo sul do estado. Sobre esses fatores e a classificação climática maranhense, assinale a alternativa correta:

- a) O clima maranhense é uniforme em todo o território, do tipo equatorial úmido, sem variações regionais, em razão da baixa latitude e pouca influência das massas de ar.

b) A proximidade do oceano e a baixa latitude atuam como fatores estáticos, enquanto as massas de ar, as correntes marítimas, os ventos alísios e fenômenos como o El Niño são fatores dinâmicos que explicam a variação climática do estado.

c) O clima do Maranhão é predominantemente semiárido, semelhante ao sertão nordestino, sendo a escassez de chuvas o traço no território estadual, por isso parte dele pertence ao território da Sudene.

d) A classificação de Thornthwaite divide o clima maranhense em apenas dois tipos equatorial e subtropical —, ambos com chuvas bem distribuídas ao longo do ano.

e) Os fatores dinâmicos, como a latitude e a maritimidade, são os principais responsáveis pela aridez do sul do Maranhão, que apresenta clima desértico.

25. A hidrografia maranhense integra a Região Hidrográfica do Atlântico Nordeste Ocidental, que reúne importantes rios do estado. Sobre essa região hidrográfica e os principais rios maranhenses, assinale a alternativa correta:

a) A Região Hidrográfica do Atlântico Nordeste Ocidental é formada pelas bacias dos rios Itapecuru, Mearim, Munim, Gurupi, Pericumã e Turiaçu, entre outros, sendo os rios maranhenses importantes para o abastecimento e a navegação.

b) O principal rio do Maranhão é o São Francisco, que atravessa o estado e deságua diretamente no oceano Atlântico.

c) A Região Hidrográfica do Atlântico Nordeste Ocidental abrange apenas o estado do Maranhão, sem qualquer porção no Pará, e seus rios são todos de regime temporário.

d) Os rios maranhenses, como o Itapecuru e o Mearim, são exclusivamente de planalto, com corredeiras que impedem a navegação em seus baixos cursos.

e) A região hidrográfica é formada principalmente pela bacia do rio Tocantins, que drena a maior parte do território maranhense.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA*Emannuelle Gouveia*

26. No Windows 11, o Explorador de Arquivos permite consultar e alterar determinadas características dos arquivos armazenados no computador. Sobre as propriedades de arquivos, assinale a alternativa correta.

- a) A guia “Segurança” das propriedades de um arquivo permite alterar diretamente o conteúdo do arquivo sem necessidade de abrir o aplicativo associado.
- b) A opção “Somente leitura” impede que o arquivo seja copiado, movido ou excluído pelo usuário.
- c) As propriedades de um arquivo apresentam apenas informações relacionadas ao nome e ao tamanho, não permitindo alterações de atributos.
- d) As propriedades de um arquivo permitem consultar informações como localização, tamanho, datas de criação e modificação, além de possibilitar a alteração de determinados atributos.
- e) A alteração das propriedades de um arquivo modifica automaticamente o formato do arquivo e o programa padrão utilizado para sua abertura.

27. No Microsoft Word, os recursos de marcadores, numeração e tabulação auxiliam na organização e no alinhamento das informações em um documento. Sobre esses recursos, assinale a alternativa correta.

- a) A tabulação permite definir pontos de alinhamento no texto, facilitando a organização de informações em posições específicas sem a necessidade de utilizar espaços repetidos.
- b) Os marcadores são utilizados exclusivamente para criar listas ordenadas, nas quais os itens recebem uma sequência numérica automática.
- c) A numeração automática do Word altera permanentemente o conteúdo textual dos itens da lista, impedindo sua reorganização posterior.
- d) O recurso de tabulação possui a mesma função do espaçamento entre caracteres, modificando

apenas a distância visual entre letras de uma palavra.

- e) Os marcadores e a numeração somente podem ser aplicados em documentos sem qualquer formatação de parágrafo previamente definida.

28. No Microsoft Excel, a formatação condicional é utilizada para destacar informações de uma planilha com base em critérios definidos pelo usuário. Sobre esse recurso, assinale a alternativa correta.

- a) A formatação condicional altera permanentemente os valores das células, substituindo os dados originais conforme a regra aplicada.
- b) A formatação condicional permite aplicar formatos visuais às células de acordo com condições estabelecidas, facilitando a identificação de padrões ou valores específicos.
- c) A formatação condicional somente pode ser utilizada em células que contenham fórmulas, não sendo aplicada a valores digitados diretamente.
- d) A utilização de formatação condicional impede a aplicação de outros recursos de formatação manual no mesmo intervalo de células.
- e) A formatação condicional cria automaticamente uma nova planilha contendo apenas os dados que atendem aos critérios configurados.

29. A identificação correta dos elementos utilizados na navegação pela Internet é fundamental para compreender a localização e o acesso a recursos disponíveis na web. Sobre URL, links e sites, assinale a alternativa correta.

- a) Um link corresponde exclusivamente ao endereço IP de um servidor, sendo utilizado para localizar fisicamente um equipamento na rede.
- b) Uma URL representa apenas o nome de um site, não incluindo informações sobre o protocolo ou o caminho do recurso acessado.
- c) Um site é formado somente por uma única página web, pois páginas adicionais devem ser consideradas endereços independentes.
- d) Um link é um arquivo armazenado no computador do usuário que contém todas as informações necessárias para acessar qualquer página da Internet.
- e) Uma URL identifica o endereço de um recurso na Internet e pode conter informações como protocolo, domínio e caminho específico até esse recurso.

30. Em um ambiente computacional, programas antivírus e firewalls atuam como mecanismos de proteção, porém possuem funções distintas na segurança da informação. Sobre essas ferramentas, assinale a alternativa correta.

- a) O firewall substitui o antivírus, pois realiza a detecção e remoção de todos os tipos de códigos maliciosos presentes no sistema.
- b) O antivírus atua na identificação e tratamento de ameaças como malwares, enquanto o firewall controla o tráfego de rede conforme regras de segurança definidas.
- c) O firewall tem como principal função recuperar arquivos apagados pelo usuário após uma infecção por software malicioso.
- d) O antivírus impede qualquer tentativa de acesso não autorizado à rede, dispensando a configuração de regras de comunicação.
- e) A instalação de antivírus e firewall elimina a necessidade de atualização dos sistemas operacionais e dos aplicativos utilizados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

31. Rogério, diretor-geral de uma autarquia estadual, presidia procedimento administrativo destinado à seleção de permissionários para utilização de espaços comerciais em terminal rodoviário recém-reformado.

Durante a análise dos pedidos, determinou que a proposta apresentada por seu amigo de longa data, Eduardo, fosse classificada à frente das demais, embora houvesse concorrentes em situação jurídica equivalente e com documentação mais completa.

Não satisfeito, Rogério também ordenou que a cerimônia oficial de entrega do terminal ao público fosse acompanhada por peças de divulgação institucional contendo sua fotografia em destaque, seu nome em letras maiores que o nome da própria autarquia e a frase: "A transformação começou com Rogério".

No que se refere ao princípio da impessoalidade, assinale a opção **correta**.

- a) Houve violação ao princípio da impessoalidade apenas na fase de publicidade institucional, porque a preferência dada ao amigo do diretor se insere no âmbito da discricionariedade administrativa.
- b) Houve violação ao princípio da impessoalidade apenas na escolha do permissionário, já que a vedação à promoção pessoal decorre do princípio da publicidade, e não da impessoalidade.
- c) Não houve violação ao princípio da impessoalidade, pois a Administração Pública pode tratar desigualmente os interessados desde que o gestor apresente justificativa formal para sua escolha.
- d) Houve violação ao princípio da impessoalidade, pois esse princípio impõe tratamento isonômico aos administrados em idêntica situação jurídica, veda favorecimentos fundados em amizade ou relações pessoais e também proíbe a promoção

pessoal do agente público na atuação administrativa.

- e) Não houve violação ao princípio da impessoalidade, pois a escolha administrativa e a publicidade institucional são atos distintos, sujeitos a princípios diversos e incomunicáveis entre si

32. Na Secretaria Estadual de Administração, a diretora Lúcia, no exercício de funções de chefia, editou ato interno redistribuindo tarefas entre departamentos, expediu orientações de serviço para uniformizar procedimentos, fiscalizou o cumprimento de ordens anteriormente transmitidas e determinou a revisão de ato praticado por servidor subordinado, por entender que ele contrariava as diretrizes administrativas do órgão e também se mostrava inconveniente para a boa execução do serviço.

Em contexto posterior, diante de situação excepcional e devidamente motivada, chamou para si o exercício temporário de atribuição originalmente conferida à agente hierarquicamente inferior, desde que não se tratasse de competência exclusiva.

Em reunião técnica, um assessor afirmou que a atuação narrada seria inválida porque o poder hierárquico não autoriza revisão de atos, não admite avocação e só existe no interior do Poder Executivo, sendo inexistente no exercício de funções administrativas desempenhadas por outros Poderes e instituições autônomas.

No que se refere ao poder hierárquico, assinale a alternativa **correta**.

- a) A atuação da diretora revela exercício típico do poder hierárquico, que compreende, entre outras prerrogativas, ordenar, fiscalizar, rever atos de subordinados, delegar e, em hipóteses excepcionais, avocar competências não exclusivas.
- b) O poder hierárquico limita-se à criação abstrata de níveis de subordinação entre órgãos e agentes, não abrangendo poderes concretos de comando,

revisão, fiscalização ou solução de conflitos internos de competência.

- c) A avocação é mecanismo ordinário de gestão administrativa, podendo ser utilizada livremente sempre que o superior julgar mais eficiente centralizar o exercício das competências atribuídas aos agentes subordinados.
- d) Entre a Administração Direta e as entidades da Administração Indireta há relação hierárquica plena, razão pela qual os órgãos centrais podem rever, avocar e ordenar diretamente a prática de atos administrativos pelas entidades vinculadas.
- e) O poder hierárquico constitui instituto exclusivo do Poder Executivo, sendo juridicamente incompatível com a organização administrativa interna do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público e dos Tribunais de Contas

33. No que se refere ao poder disciplinar exercido pela Administração Pública, considerando sua origem, finalidade, natureza jurídica e âmbito de incidência, assinale a opção **correta**.

- a) O poder disciplinar é prerrogativa destinada exclusivamente à aplicação de sanções a particulares sem qualquer vínculo jurídico com a Administração Pública, não alcançando os servidores públicos submetidos ao regime estatutário;
- b) O poder disciplinar possui natureza integralmente vinculada, de modo que a Administração Pública, uma vez constatada a infração, deve aplicar automaticamente a sanção prevista em lei, sem qualquer margem de apreciação quanto à gravidade da conduta ou à proporcionalidade da penalidade;
- c) O poder disciplinar consiste na prerrogativa conferida à Administração Pública para apurar infrações funcionais e aplicar sanções aos servidores públicos e às demais pessoas submetidas à disciplina administrativa, sendo exercido com certa margem de discricionariedade,

especialmente na escolha e dosimetria da penalidade;

- d) O poder disciplinar confunde-se com o poder punitivo do Estado na esfera penal, razão pela qual a aplicação de sanções administrativas depende, necessariamente, de prévia condenação judicial transitada em julgado;
- e) O poder disciplinar pode ser exercido independentemente da existência de vínculo jurídico entre o administrado e a Administração Pública, bastando a ocorrência de conduta ilícita que afete o interesse público

34. No que se refere à classificação dos atos administrativos quanto à formação da vontade, assinale a opção **correta**.

- a) O ato simples é aquele que depende da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos administrativos distintos, que atuam de forma coordenada para a formação de um único ato jurídico;
- b) O ato complexo forma-se pela conjugação de vontades de dois ou mais órgãos, sendo indispensável a participação de todos eles para a formação de um único ato administrativo válido;
- c) O ato composto caracteriza-se pela manifestação simultânea de vontades autônomas de diferentes órgãos, que se unem para constituir um único ato administrativo indivisível;
- d) O ato complexo ocorre quando há um ato principal praticado por um órgão e um ato acessório de outro órgão que apenas confirma, aprova ou ratifica o ato inicial;
- e) O ato simples é aquele que somente se aperfeiçoa após a homologação por autoridade superior, sendo necessária a manifestação posterior para produção de efeitos jurídicos

35. No que se refere às formas de extinção dos atos administrativos, assinale a opção **correta**.

- a) A revogação é a forma de extinção aplicável aos atos administrativos ilegais, produzindo efeitos retroativos e eliminando todos os efeitos já produzidos pelo ato;
- b) A anulação decorre de juízo discricionário da Administração, podendo ser aplicada por razões de conveniência e oportunidade, mesmo na ausência de ilegalidade;
- c) A cassação ocorre quando o administrado deixa de cumprir condições ou requisitos necessários à manutenção do ato administrativo anteriormente válido;
- d) A revogação pode ser utilizada tanto para atos válidos quanto para atos ilegais, desde que a Administração entenda que o ato não atende mais ao interesse público;
- e) A anulação de atos administrativos ilegais é competência exclusiva do Poder Judiciário, sendo vedado à Administração Pública exercer controle sobre seus próprios atos

36. No que se refere ao direito de regresso assegurado ao Estado no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, especialmente quanto à sua natureza jurídica, pressupostos e limites, assinale a opção **correta**.

- a) O direito de regresso constitui consequência automática da responsabilidade objetiva do Estado, razão pela qual, uma vez reconhecida judicialmente a obrigação estatal de indenizar o particular, poderá o ente público exigir do agente público o ressarcimento integral do valor pago, independentemente da comprovação de dolo ou culpa, bastando a demonstração do nexo entre a conduta funcional e o dano.
- b) A ação regressiva poderá ser proposta pelo Estado mesmo antes do pagamento da indenização ao particular, desde que exista sentença transitada em julgado reconhecendo a responsabilidade estatal, pois o prejuízo ao erário se caracteriza com a condenação judicial definitiva.
- c) A responsabilidade do agente público na ação regressiva possui natureza subjetiva, exigindo a demonstração de dolo ou culpa na prática do ato que ocasionou o dano ao particular, sendo ainda indispensável que o Estado comprove o efetivo pagamento da indenização como condição para o ajuizamento da demanda regressiva.
- d) O particular prejudicado poderá optar por ajuizar ação diretamente contra o agente público responsável pelo dano, afastando a responsabilidade objetiva do Estado, desde que demonstre a existência de culpa grave ou dolo na conduta funcional.
- e) A Constituição estabelece responsabilidade solidária entre o Estado e o agente público, permitindo que o particular escolha demandar ambos simultaneamente, sendo desnecessária posterior ação regressiva

37. Com base na Lei de Improbidade Administrativa nº 8.429/1992, assinale a alternativa **correta**.

- a) Se o acordo de não persecução civil for celebrado antes do ajuizamento da ação, sua celebração dependerá, entre outros requisitos, de aprovação, no prazo de até 60 dias, pelo órgão do Ministério Público competente para apreciar as promoções de arquivamento de inquéritos civis.
- b) Na hipótese de continuidade de ilícito, a unificação das sanções deverá resultar obrigatoriamente na aplicação da maior sanção anteriormente imposta, acrescida de dois terços, ainda que a soma das penas seja mais benéfica ao réu.
- c) O débito resultante de condenação por improbidade administrativa poderá ser parcelado judicialmente em até 36 parcelas mensais, desde que o condenado comprove incapacidade financeira para o pagamento imediato.
- d) O pedido de indisponibilidade de bens na ação de improbidade administrativa somente poderá ser formulado em caráter antecedente e terá por finalidade garantir exclusivamente o pagamento das sanções pecuniárias impostas ao réu.
- e) A representação destinada à instauração de investigação para apurar ato de improbidade administrativa poderá ser anônima, dispensando a identificação do representante quando forem indicadas as provas relacionadas ao fato

38. Helena e Mauro são interessados em um mesmo processo administrativo que tramita perante determinado órgão federal. No curso do processo, Helena apresenta manifestação escrita desistindo integralmente do pedido que havia formulado. Mauro, entretanto, pretende manter sua participação no processo.

A Administração verifica, ainda, a existência de relevante interesse público na continuidade da apuração. Posteriormente, um fato superveniente poderá tornar inútil o objeto da decisão administrativa.

À luz da Lei de Processo Administrativo Federal nº 9.784/1999, assinale a alternativa **correta**.

- a) A desistência apresentada por Helena produzirá efeitos também em relação a Mauro, pois, havendo mais de um interessado no mesmo processo, a manifestação de um deles alcança todos os demais.
- b) Helena somente poderia desistir do pedido se obtivesse a concordância de Mauro, uma vez que a desistência individual é incompatível com processo administrativo que possua vários interessados.
- c) A manifestação de Helena determina necessariamente a extinção do processo, sendo vedado à Administração dar-lhe prosseguimento, ainda que considere existir interesse público que justifique sua continuidade.
- d) A desistência apresentada por Helena atinge somente a própria interessada e não impede o prosseguimento do processo se a Administração considerar que o interesse público assim o exige; além disso, o órgão competente poderá declarar extinto o processo se, posteriormente, o objeto da decisão se tornar inútil em razão de fato superveniente.
- e) Caso um fato superveniente torne inútil o objeto da decisão, a extinção do processo dependerá necessariamente de requerimento dos interessados, não podendo ser declarada pelo próprio órgão competente

DIREITO CONSTITUCIONAL

Fábio Ramos

39. Considerando a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são órgãos administrativos integrantes da estrutura da União.
- b) A criação, incorporação, fusão ou desmembramento de Estados depende apenas de plebiscito.
- c) O Distrito Federal possui autonomia, sendo vedada sua divisão em Municípios.
- d) Os Territórios possuem governadores eleitos diretamente pela população.
- e) Os Municípios somente podem exercer competências delegadas pelos Estados.

40. Compete privativamente ao Presidente da República, segundo a Constituição Federal:

- a) celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Senado Federal.
- b) exercer a direção superior da administração federal.
- c) resolver definitivamente sobre tratados internacionais sem participação do Poder Legislativo.
- d) propor ao Senado Federal a decretação do estado de calamidade pública de âmbito nacional.
- e) prestar, semestralmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.

41. Assinale a opção correta de acordo com o que dispõe a Constituição Federal.

- a) O estado de sítio somente pode ser decretado pelo Congresso Nacional.
- b) A segurança pública é dever exclusivo da União e responsabilidade exclusiva das Forças Armadas.
- c) Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, inclusive as militares.
- d) São órgãos da segurança pública: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, polícias civis, polícias militares, corpos de bombeiros militares e polícias penais federal, estaduais e distrital.
- e) Os Municípios não poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações.

42. Sobre o habeas corpus, analise as alternativas abaixo:

- I - O habeas corpus pode ser impetrado para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante.
- II - O habeas corpus protege exclusivamente direitos patrimoniais
- III - Conceder-se-á habeas corpus para proteger direito líquido e certo.
- IV - O habeas corpus não exige pagamento obrigatório de custas judiciais.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Todos os itens estão certos.
- d) Apenas os itens I e II estão certos.
- e) Apenas o item IV está certo.

43. Acerca da Constituição Federal de 1988, assinale a opção correta.

- a) É considerada semirrígida.
- b) Quanto ao conteúdo, uma Constituição será denominada material quando todas as suas normas estiverem necessariamente reunidas em um único documento formal e solene.
- c) É classificada como escrita, promulgada, rígida, analítica e dogmática.
- d) A Constituição Federal de 1988 é considerada outorgada. Foi imposta pelo poder constituinte originário sem participação popular.
- e) A Constituição Federal de 1988, quanto à extensão, é classificada como sintética.

44. Segundo a Constituição Federal, a segurança pública é:

- a) responsabilidade exclusiva do Distrito Federal.
- b) a Polícia Legislativa constitui órgão de segurança pública.
- c) o Decreto do Executivo disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública.
- d) dever do Estado, direito e responsabilidade de todos.
- e) cabem às Polícias Penais a preservação da ordem pública.

45. No que concerne a ordem social, assinale a opção correta, com base na CF:

- a) a ordem social tem como base o bem-estar e a justiça sociais e como objetivo o primado do trabalho.
- b) a ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.
- c) compete ao Poder público e a Sociedade organizar a seguridade social.
- d) a saúde é direito do Estado e dever de todos.
- e) a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações destinadas a assegurar os direitos relativos à educação, à saúde e à segurança pública.

46. Pedro, brasileiro naturalizado, tem 33 anos e reside em um município brasileiro a 10 anos. Pretende disputar uma vaga de vereador nas próximas eleições no domicílio onde reside e filiou-se a um partido político. Com base na Constituição Federal de 1988, analise as alternativas abaixo:

I - Pedro por ser brasileiro naturalizado é impedido de concorrer ao cargo de vereador.

II - Pedro não possui algumas das condições de elegibilidade para concorrer ao cargo de vereador.

III - Pedro está apto a concorrer ao cargo de vereador.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Todos os itens estão certos.
- c) Apenas o item III está certo.
- d) Apenas os itens I e II estão certos.
- e) Apenas o item II está certo.

DIREITOS HUMANOS

Lilian Novakoski

47. Acerca do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), instituído pelo Decreto nº 7.037/2009, assinale a opção correta.

- a) O PNDH-3 foi instituído por lei em sentido formal, aprovada pelo Congresso Nacional, razão pela qual suas metas têm força normativa vinculante.
- b) O PNDH-3 estrutura-se em eixos orientadores, que se desdobram em diretrizes e estas em objetivos estratégicos, os quais incorporam ações programáticas.
- c) O descumprimento das ações programáticas do PNDH-3 por agentes públicos configura infração penal específica prevista no próprio decreto.
- d) O direito à memória e à verdade foi excluído do PNDH-3 pelas alterações promovidas pelo Decreto nº 7.177/2010.
- e) A implementação do PNDH-3 ocorre por meio de planos de ação quinquenais, que definem metas e recursos orçamentários.

48. A respeito da natureza jurídica e do conteúdo da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 1948, assinale a opção correta.

- a) A DUDH é tratado internacional que, ratificado pelo Brasil, ingressou no ordenamento com status de emenda constitucional.
- b) A DUDH instituiu tribunal internacional competente para julgar violações aos direitos nela previstos.
- c) A DUDH contempla exclusivamente direitos civis e políticos, tendo os direitos sociais sido reservados a pactos posteriores.
- d) A DUDH foi adotada sob a forma de resolução da Assembleia Geral da ONU, sem a natureza formal de tratado internacional.
- e) Por prever direitos absolutos, a DUDH veda qualquer limitação ao exercício dos direitos e liberdades nela enunciados.

49. Considerando as disposições da Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinale a opção correta.

- a) O direito de procurar e gozar asilo em outros países não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos propósitos e princípios das Nações Unidas.
- b) A presunção de inocência somente se aplica após o recebimento da denúncia pela autoridade judiciária competente.
- c) A DUDH admite a tortura em situações excepcionais de grave ameaça à segurança nacional.
- d) O direito de propriedade é assegurado apenas em sua dimensão individual, vedada a propriedade em sociedade com outrem.
- e) A privação arbitrária da nacionalidade é admitida quando fundada em decisão administrativa motivada.

50. De acordo com as Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos (Regras de Nelson Mandela), assinale a opção correta acerca do confinamento solitário e dos instrumentos de restrição.

- a) Considera-se confinamento solitário prolongado aquele que ultrapassa 30 dias consecutivos, hipótese em que dependerá de autorização judicial.
- b) O confinamento solitário indefinido é admitido como sanção disciplinar, desde que o preso seja avaliado diariamente por profissional de saúde.
- c) Correntes e imobilizadores de ferro podem ser utilizados como instrumentos de restrição durante o transporte de presos de alta periculosidade.
- d) O confinamento solitário prolongado, assim entendido o que excede 15 dias consecutivos, é proibido, assim como o confinamento solitário por tempo indeterminado.
- e) Os instrumentos de restrição podem ser aplicados como sanção disciplinar, desde que por prazo determinado.

51. No que se refere à Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), assinale a opção correta.

- a) A Convenção veda a prisão civil por dívida em qualquer hipótese, inclusive na de inadimplemento de obrigação alimentar.
- b) A Convenção admite a prisão civil do depositário infiel, desde que decretada por autoridade judiciária competente.
- c) Nos Estados que a aboliram, a pena de morte poderá ser restabelecida mediante emenda constitucional aprovada por referendo popular.
- d) A Convenção proíbe a prisão por dívida, ressalvados os mandados de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar.
- e) A pena de morte pode ser estendida a delitos aos quais não se aplique atualmente, desde que de natureza hedionda.

52. Acerca do sistema interamericano de proteção instituído pelo Pacto de San José da Costa Rica, assinale a opção correta.

- a) Qualquer pessoa pode submeter caso diretamente à Corte Interamericana de Direitos Humanos, independentemente de prévia atuação da Comissão.
- b) Somente os Estados-partes e a Comissão Interamericana têm legitimidade para submeter casos à Corte Interamericana de Direitos Humanos.
- c) A jurisdição contenciosa da Corte é automaticamente obrigatória para todo Estado que ratifique a Convenção.
- d) A Comissão Interamericana é órgão jurisdicional, e seus relatórios têm natureza de sentença internacional.
- e) A Corte Interamericana é composta de onze juízes, eleitos para mandato de nove anos, vedada a reeleição.

53. Considerando o regime dos direitos fundamentais, em cotejo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e com a Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH), assinale a opção correta.

- a) A DUDH, por se tratar de tratado internacional de direitos humanos ratificado pelo Brasil, possui status supralegal no ordenamento jurídico brasileiro, conforme entendimento do STF.
- b) A Constituição Federal vincula a presunção de inocência ao trânsito em julgado da sentença penal condenatória, ao passo que a DUDH e a CADH a associam à comprovação legal da culpa, sem referência expressa ao trânsito em julgado.
- c) Em razão do disposto na CADH e da jurisprudência do STF, subsistem no ordenamento brasileiro duas hipóteses de prisão civil por dívida: a do devedor voluntário e inescusável de obrigação alimentar e a do depositário infiel.
- d) Os tratados internacionais de direitos humanos, como a CADH, ingressam automaticamente no ordenamento brasileiro com status de emenda constitucional, independentemente do rito de aprovação adotado pelo Congresso Nacional.
- e) A Constituição Federal, a DUDH e a CADH vedam a tortura, admitindo-a, porém, excepcionalmente, em situações de guerra declarada ou de grave comoção interna.

54. De acordo com as Regras de Bangkok, assinale a opção correta a respeito do tratamento de mulheres presas.

- a) Instrumentos de contenção poderão ser utilizados durante o trabalho de parto, caso haja fundado risco de fuga da presa.
- b) A sanção de isolamento disciplinar é admitida para mulheres lactantes, desde que a criança permaneça sob cuidados da unidade.
- c) É vedada a utilização de instrumentos de contenção em mulheres durante o trabalho de parto, durante o parto e no período imediatamente posterior ao parto.

d) A revista íntima de mulher presa poderá ser realizada por agente masculino, desde que acompanhado de profissional de saúde.

e) As crianças que permaneçam na prisão com as mães devem submeter-se ao mesmo regime disciplinar aplicável às presas, por razões de segurança.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

55. Em um determinado processo criminal, o magistrado, ao fundamentar sua decisão, afirmou que a pessoa acusada deveria ser tratada como culpada desde o início da persecução penal, pois a existência de indícios suficientes de autoria e materialidade seria bastante para afastar a presunção de inocência antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.

Considerando os princípios constitucionais aplicáveis ao processo penal, assinale a alternativa correta.

- a) A presunção de inocência não impede a decretação de prisão preventiva, pois esta possui natureza de antecipação da pena.
- b) A presunção de inocência determina que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.
- c) A presunção de inocência aplica-se exclusivamente à fase judicial, não alcançando a investigação criminal.
- d) A existência de indícios suficientes de autoria permite considerar o investigado culpado para fins processuais, ainda que não haja sentença condenatória definitiva.
- e) O princípio da presunção de inocência impede qualquer modalidade de prisão antes do trânsito em julgado da condenação.

56. Um indivíduo compareceu à delegacia e comunicou à autoridade policial que determinado crime de ação pública havia sido praticado. Após verificar a procedência das informações apresentadas, a autoridade policial decidiu instaurar inquérito policial para apurar a infração e sua autoria.

Com base nas disposições do Código de Processo Penal acerca do inquérito policial, assinale a alternativa correta.

- a) O inquérito policial possui natureza jurisdicional e deve assegurar contraditório pleno em todos os seus atos.
- b) A autoridade policial poderá determinar o arquivamento do inquérito quando concluir pela inexistência de elementos suficientes para a denúncia.
- c) O inquérito policial tem por finalidade a apuração das infrações penais e de sua autoria.
- d) Nos crimes de ação privada, o inquérito policial deverá ser instaurado obrigatoriamente de ofício pela autoridade policial.
- e) O inquérito policial constitui condição indispensável para o oferecimento da denúncia em qualquer hipótese.

57. A investigação de determinado crime, o investigado requereu à autoridade policial a realização de determinada diligência que, segundo sua defesa, poderia contribuir para o esclarecimento dos fatos. O delegado, entretanto, entendeu que a diligência não era necessária para a investigação.

À luz do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- a) A autoridade policial é obrigada a realizar toda e qualquer diligência requerida pelo investigado.
- b) O investigado não possui qualquer possibilidade de requerer diligências durante o inquérito policial.
- c) O investigado pode requerer diligências, mas sua realização fica submetida ao juízo da autoridade policial.

d) A realização da diligência requerida pelo investigado depende obrigatoriamente de autorização judicial.

e) A autoridade policial somente poderá realizar diligências expressamente autorizadas pelo Ministério Público.

58. Determinado crime é classificado pela legislação como de ação penal pública condicionada à representação. A vítima tomou conhecimento da autoria do delito, mas somente procurou a autoridade policial oito meses depois, sem que houvesse causa legal de suspensão ou interrupção do prazo.

Considerando as regras do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- a) A representação poderá ser apresentada a qualquer tempo antes do oferecimento da denúncia.
- b) O prazo para representação é de dois anos, nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica e familiar contra a mulher, contados do conhecimento da autoria.
- c) O direito de representação decai, em regra, se não for exercido no prazo de seis meses contado do dia em que o ofendido souber quem é o autor do crime.
- d) O prazo somente começa a ser contado após a conclusão do inquérito policial.
- e) O prazo de representação é imprescritível, pois se trata de condição de procedibilidade da ação penal.

59. No decorrer de um patrulhamento, agentes policiais foram informados de que um indivíduo acabara de subtrair determinado objeto de uma vítima. Os policiais iniciaram perseguição imediatamente após o fato e localizaram o suspeito alguns minutos depois, ainda portando o objeto subtraído.

Considerando as hipóteses legais de flagrante delito, assinale a alternativa correta.

- a) A prisão é ilegal, pois somente existe flagrante quando o agente é encontrado no exato momento da prática do crime.
- b) A prisão é ilegal, pois a perseguição precisa ser iniciada pelo Poder Judiciário.
- c) A situação caracteriza flagrante próprio, pois o agente foi localizado durante a execução do delito.
- d) A situação pode caracterizar flagrante impróprio, pois o agente foi perseguido logo após a prática da infração, em circunstâncias que fazem presumir ser ele o autor.
- e) A situação caracteriza flagrante presumido somente se houver mandado judicial de prisão.

60. Após a lavratura de auto de prisão em flagrante, o preso foi apresentado ao Poder Judiciário para a realização da audiência de custódia. Ao analisar o caso, o magistrado verificou que a prisão havia sido realizada de maneira ilegal.

Nessa situação, de acordo com o Código de Processo Penal, caberá ao magistrado:

- a) converter obrigatoriamente a prisão em flagrante em prisão preventiva.
- b) relaxar a prisão ilegal.
- c) manter a prisão em flagrante até o encerramento do inquérito policial.
- d) determinar automaticamente a prisão temporária.
- e) conceder liberdade provisória somente mediante pagamento de fiança.

61. Um investigado responde a inquérito pela prática de crime doloso cuja pena máxima é superior a quatro anos. Há prova da existência do crime, indícios suficientes de autoria e elementos concretos demonstrando que, em liberdade, o investigado representa risco à ordem pública.

Sobre a prisão preventiva, assinale a alternativa correta.

- a) A prisão preventiva poderá ser decretada de ofício pelo juiz durante a investigação policial.
- b) A prisão preventiva somente pode ser decretada depois do trânsito em julgado da sentença condenatória.
- c) A prisão preventiva constitui modalidade de antecipação do cumprimento da pena.
- d) A existência de crime doloso com pena máxima superior a quatro anos é suficiente, por si só, para a decretação da prisão preventiva.
- e) A prisão preventiva poderá ser decretada, observados os requisitos legais, para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

62. O Ministério Público requereu a prisão preventiva do investigado, alegando apenas que o crime praticado era de elevada gravidade e causava grande repercussão social. Não foram apresentados fatos relacionados à periculosidade do investigado, ao risco à instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

À luz da legislação processual penal vigente, assinale a alternativa correta.

- a) A prisão preventiva deverá ser decretada, pois a gravidade do crime é suficiente para demonstrar o perigo decorrente da liberdade do investigado.
- b) A repercussão social do crime substitui a necessidade de demonstração concreta do perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado.
- c) A prisão preventiva poderá ser decretada automaticamente quando o delito possuir elevada repercussão social.
- d) A prisão preventiva não pode ser decretada exclusivamente com base na gravidade abstrata do delito, sendo necessária demonstração concreta da periculosidade do agente e dos riscos que justifiquem a medida.
- e) A gravidade do crime autoriza a prisão preventiva mesmo quando inexistentes prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria.

DIREITO PENAL*Renan Araújo*

63. Quanto à aplicação da lei penal no tempo e no espaço, julgue os itens a seguir:

- I – Ainda que o agente já tenha sido definitivamente condenado por sentença transitada em julgado, deverá ser beneficiado pela retroatividade da lei penal quando esta, de qualquer modo, lhe for mais favorável.
- II – As leis excepcionais e temporárias continuam regendo os fatos praticados durante sua vigência, mesmo depois de cessadas as circunstâncias que as motivaram ou expirado o prazo nelas previsto.
- III – Configura hipótese de extraterritorialidade incondicionada, aplicando-se a lei brasileira independentemente de qualquer outra condição, o crime de tráfico internacional de pessoas, ainda que praticado por estrangeiro, no exterior, contra vítima também estrangeira.
- IV – Aplica-se a lei penal brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronave estrangeira de natureza pública, a serviço de governo estrangeiro, ainda que em pouso no território nacional.

Está correto apenas o que se afirma em:

- a) I e II
- b) I e IV
- c) II, III e IV
- d) II e III
- e) III

64. Guilherme mantinha união estável com Patrícia havia cerca de três anos. Em setembro de 2023, na cidade de Codó (MA), impelido por sentimento de posse diante do término do relacionamento, Guilherme matou Patrícia, num contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher. Na época dos fatos, essa conduta configurava homicídio qualificado pelo feminicídio, com pena de reclusão de 12 a 30 anos, prevista no art. 121, § 2º, VI, do CP. Em 2024, entrou em vigor a Lei nº 14.994/2024, que autonomizou o feminicídio, inserindo-o no art. 121-A do CP e elevando a pena para reclusão de 20 a 40 anos. O julgamento de Guilherme pelo Tribunal do Júri ocorreu somente em maio de 2026. Considerando o conflito de leis penais no tempo, assinale a alternativa correta:

- a) Guilherme deve responder pelo crime do art. 121-A do CP, já que toda lei penal posterior retroage integralmente para alcançar fatos pretéritos.
- b) Guilherme responderá pelo homicídio qualificado do art. 121, §2º, do CP, mas receberá a pena cominada ao novo art. 121-A, por se tratar de lei posterior e especial.
- c) Guilherme deve ser condenado com base no art. 121-A do CP, aplicando-se, todavia, a pena de 12 a 30 anos, em razão de retroatividade benéfica parcial.
- d) Guilherme responderá pelo crime do art. 121-A do CP, aplicando-se a lei nova em decorrência da ultratividade da lei mais gravosa.
- e) Guilherme responderá pelo homicídio qualificado pelo feminicídio, nos moldes do art. 121, § 2º, VI, do CP, por força da ultratividade da lei penal mais benéfica.

65. Durante ronda de rotina realizada em 15/04/2026 no Centro de Detenção Provisória de Pinheiro (MA), o interno Wesley se recusou a obedecer a ordem legal proferida por um Inspetor de Polícia Penal, incorrendo, em tese, no crime de desobediência. Submetido a perícia médica no curso do procedimento disciplinar, constatou-se que, no momento da conduta, Wesley não possuía

plena capacidade de entender o caráter ilícito do que fazia, tampouco de se conduzir de acordo com esse entendimento, em razão de perturbação de saúde mental.

Diante dessa situação, em relação ao crime de desobediência praticado, é correto afirmar que Wesley:

- a) terá sua pena reduzida de um a dois terços, em razão da semi-imputabilidade.
- b) será isento de pena, mas terá medida de segurança aplicada em seu desfavor.
- c) será considerado semi-imputável, com a necessária aplicação de medida de segurança.
- d) terá sua pena reduzida de um sexto a um terço, pela semi-imputabilidade.
- e) será considerado inimputável, sem imposição de medida de segurança.

66. No pátio de uma unidade prisional de Bacabal (MA), o Inspetor de Polícia Penal Fábio flagrou o que parecia ser uma agressão entre os internos Elias e Otávio: Elias, posicionado atrás de Otávio, aplicava-lhe uma chave de estrangulamento (o conhecido "mata-leão"). Convencido de que Otávio sofria injusta agressão à sua integridade física, Fábio golpeou a cabeça de Elias, que caiu ao chão sangrando. Momentos depois, outros internos esclareceram que se tratava apenas de uma brincadeira entre amigos, fato confirmado pelos envolvidos.

Nessa situação, é correto afirmar que houve, por parte de Fábio:

- a) erro de tipo incriminador.
- b) erro de tipo permissivo.
- c) erro de proibição.
- d) crime de lesão corporal.
- e) erro de proibição indireto

67. No tocante ao concurso de pessoas, assinale a opção correta:

- a) As condições e circunstâncias de caráter pessoal nunca se comunicam entre os coautores ou partícipes, ainda que integrem o tipo penal como elementares.
- b) O Código Penal, ao dispor que todo aquele que concorre para o crime responde nos limites de sua culpabilidade, filiou-se, como regra geral, à teoria dualista.
- c) Reconhecida a participação de menor importância, a pena do partícipe poderá sofrer redução de até metade.
- d) Na hipótese de cooperação dolosamente distinta, o agente responderá apenas pelo crime menos grave do qual aceitou participar.
- e) Basta a existência de um fato típico praticado pelo autor, dispensada a ilicitude da conduta, para que se legitime a punição do partícipe.

68. Em unidade prisional localizada em Caxias (MA), o interno Jefferson, inconformado por não ter recebido autorização do Inspetor de Polícia Penal Rogério para permanecer fora de sua cela após o encerramento do horário de banho de sol, desferiu contra o servidor duas facadas, com dolo de matar. Rogério chegou a ser socorrido, mas não resistiu aos ferimentos, vindo a óbito ainda no hospital. Diante do caso narrado, Jefferson deverá responder por:

- a) homicídio doloso simples, majorado por ter sido praticado contra integrante do sistema prisional.
- b) homicídio doloso, qualificado por ter sido praticado contra integrante do sistema prisional.
- c) homicídio doloso simples, sem majorantes.
- d) lesão corporal seguida de morte, majorada por ter sido praticada contra integrante do sistema prisional.
- e) lesão corporal seguida de morte, sem majorantes.

69. Cláudio, que horas antes havia se evadido de uma unidade prisional maranhense, interceptou Renata no momento em que esta deixava seu local de trabalho e, exibindo uma arma de fogo, ameaçou-a gravemente, determinando que embarcasse em seu carro. Em seguida, conduziu Renata a diversos caixas eletrônicos da cidade, obrigando-a a realizar saques e transferências em favor de contas de sua titularidade. Passadas cerca de três horas, ao perceber que nada mais poderia obter de Renata, Cláudio a liberou em via pública deserta. Nesse cenário, é correto afirmar que Cláudio praticou o crime de:

- a) furto simples.
- b) roubo simples.
- c) roubo majorado pelo emprego de arma de fogo e pela restrição da liberdade da vítima.
- d) roubo majorado pela restrição da liberdade da vítima, apenas.
- e) extorsão qualificada pela restrição à liberdade da vítima.

70. Fernanda soube que seu colega de trabalho, Bruno, havia praticado um furto horas antes. Sem ter participado do crime nem combinado previamente sua prática, Fernanda concordou em guardar os bens subtraídos por Bruno em um cômodo de sua casa, contribuindo para que o produto do delito permanecesse oculto. A conduta de Fernanda amolda-se ao crime de:

- a) receptação, delito de natureza patrimonial.
- b) favorecimento pessoal, hipótese em que há isenção de pena se Fernanda for ascendente, descendente, cônjuge ou irmã de Bruno.
- c) favorecimento real, hipótese em que há isenção de pena se Fernanda for ascendente, descendente, cônjuge ou irmã de Bruno.
- d) favorecimento real, não havendo qualquer previsão legal de isenção de pena nesse caso, ainda que decorrente de parentesco com o beneficiado.
- e) fraude processual.

71. Osvaldo, policial penal lotado na SEAP/MA, valendo-se da calmaria do plantão noturno, adormeceu durante o serviço. Aproveitando o descuido, Bruno, integrante de organização criminosa, arquitetou e executou a fuga de Nelson, seu comparsa que ali permanecia custodiado. Diante dessa situação, é correto afirmar que Osvaldo:

- a) não praticou crime, uma vez que não há punição para sua conduta culposa.
- b) praticou o crime de evasão de pessoa presa.
- c) praticou o crime de fuga de pessoa presa em sua forma culposa.
- d) praticou o crime de fuga de pessoa presa em sua forma qualificada.
- e) praticou o crime de favorecimento pessoal.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

Antônio Pequeno

72. Um policial penal foi pego portando ilegalmente duas armas de fogo de uso permitido, ambas com a numeração raspada. Com base nessa situação hipotética, ele responderá pelo crime de:

- a) Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido
- b) Crime único de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito na forma majorada.
- c) Dois crimes de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito na forma simples
- d) Dois crimes de posse irregular de arma de fogo de uso permitido.
- e) conduta atípica

73. Conforme a Lei n.º 9455/1997, marque a alternativa incorreta:

- a) Aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de reclusão de um a quatro anos.
- b) Se resulta morte, a reclusão é de oito a dezesseis anos.

c) A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

d) o efeito da condenação é automático

e) A tortura é um crime equiparado a hediondo.

74. De acordo com a Lei dos Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/1990), marque a alternativa abaixo que traga um crime que não é considerado rotulado como hediondo:

- a) Sequestro e o cárcere privado praticado contra criança ou adolescente.
- b) Tráfico de pessoas praticado contra criança ou adolescente.
- c) Comércio ilegal de arma de fogo.
- d) Domínio social estruturado.
- e) Terrorismo

75. Quanto à progressão de regime marque a alternativa correta de acordo com a Lei de Execução Penal (Lei nº 7210/1984).

- a) O condenado reincidente em crime com violência ou grave ameaça à pessoa para progredir de regime deverá cumprir 30% do total da pena para preencher o requisito objetivo.
- b) O condenado primário em crime com violência ou grave ameaça à pessoa para progredir de regime deverá cumprir 40% do total da pena para preencher o requisito objetivo.
- c) O condenado reincidente em crime hediondo ou equiparado com o resultado morte para progredir de regime deverá cumprir 60% do total da pena para preencher o requisito objetivo.
- d) O condenado primário em crime hediondo ou equiparado com o resultado morte para progredir de regime deverá cumprir 40% do total da pena para preencher o requisito objetivo.
- e) O condenado primário em crime hediondo ou equiparado com o resultado morte para progredir de regime deverá cumprir 70% do total da pena para preencher o requisito objetivo.

76. De acordo com a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), para o preso obter a saída temporária é necessário a autorização do:

- a) Diretor do Estabelecimento.
- b) Procurador da República
- c) Juiz da Execução Penal
- d) Juiz Criminal
- e) Promotor de Justiça

77. De acordo com a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), caso um preso pratique uma falta grave o juiz pode descontar até ___ dos dias remidos:

- a) 1/5
- b) 1/4
- c) 1/3
- d) 1/6
- e) 1/2

78. De acordo com a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), poderá obter a saída temporária os condenados ao cumprimento de pena em regime:

- a) fechado.
- b) semiaberto.
- c) aberto.
- d) disciplinar diferenciado.
- e) fechado ou semiaberto

79. De acordo com a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), marque a alternativa que não é uma hipótese de cabimento do regime disciplinar diferenciado:

- a) A prática de crime doloso que venha subverter a ordem ou a disciplina interna
- b) Quando o preso apresentar alto risco para ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade.
- c) Quando o preso apresentar fundadas suspeitas de envolvimento ou participação, a qualquer título, em organização criminosa, associação criminosa ou milícia privada, independentemente da prática de falta grave
- d) A prática de crime culposos.
- e) Estará sujeito ao regime disciplinar diferenciado, nos termos do *caput* do art.52 da Lei de Execução Penal, o preso que, tendo cometido crime de violência doméstica e familiar contra a mulher, ameace ou pratique violência contra a vítima ou seus familiares. (Redação dada pela Lei nº 15.410, de 2026)

80. De acordo com a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), a prática de falta grave interrompe o prazo para fins:

- a) progressão de regime.
 - b) saída temporária.
 - c) indulto
 - d) comutação de pena.
 - e) livramento condicional.
-

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
